

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	78
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	81
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	82
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	83
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.721.076.003
Preferenciais	0
Total	1.721.076.003
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	1.398.139	1.380.155	1.383.956
1.01	Ativo Circulante	47.803	25.231	23.701
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.240	4.674	8.757
1.01.02	Aplicações Financeiras	14.005	8.213	5.313
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	14.005	8.213	5.313
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	14.005	8.213	5.313
1.01.03	Contas a Receber	17.618	10.697	8.023
1.01.03.01	Clientes	17.618	9.996	7.843
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	701	180
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.364	519	341
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.364	519	341
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.132	842	995
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.444	286	272
1.01.08.03	Outros	1.444	286	272
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedor	90	97	92
1.01.08.03.02	Outros créditos	1.354	189	180
1.02	Ativo Não Circulante	1.350.336	1.354.924	1.360.255
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	235.621	211.869	189.205
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	15.149	14.858	14.674
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	15.149	14.858	14.674
1.02.01.07	Tributos Diferidos	215.545	192.098	168.782
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	215.545	192.098	168.782
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	808	699	891
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.119	4.214	4.858
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	4.119	4.209	4.848
1.02.01.10.05	Outras Contas a Receber	0	5	10
1.02.03	Imobilizado	19.704	11.344	11.336
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.094	959	1.420

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	18.610	10.385	9.916
1.02.04	Intangível	1.095.011	1.131.711	1.159.714
1.02.04.01	Intangíveis	1.095.011	1.131.711	1.159.714
1.02.04.01.02	Intangível	1.058.137	1.096.763	1.137.195
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	36.874	34.948	22.519

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	1.398.139	1.380.155	1.383.956
2.01	Passivo Circulante	157.555	143.125	127.074
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.888	2.720	2.624
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.888	2.720	2.624
2.01.02	Fornecedores	12.797	10.588	11.617
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.797	10.588	11.617
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.032	2.191	2.125
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.433	1.091	1.068
2.01.03.01.02	IRRF	51	46	78
2.01.03.01.03	PIS	177	114	103
2.01.03.01.04	COFINS	818	524	474
2.01.03.01.05	Tributos Federais Retidos	387	407	413
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.599	1.100	1.057
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	95.579	79.740	65.881
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	55.984	52.136	49.236
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	55.984	52.136	49.236
2.01.04.02	Debêntures	39.595	27.604	16.645
2.01.05	Outras Obrigações	16.985	13.359	10.771
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.693	2.947	2.098
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	861	1.136	488
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.832	1.811	1.610
2.01.05.02	Outros	14.292	10.412	8.673
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	4.259	5.238	4.675
2.01.05.02.05	Taxa de Fiscalização	359	330	309
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	497	1.673	631
2.01.05.02.08	Arrendamento Mercantil a pagar	9.177	2.967	2.936
2.01.05.02.09	Risco Sacado	0	204	122
2.01.06	Provisões	26.274	34.527	34.056

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.01.06.02	Outras Provisões	26.274	34.527	34.056
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovia	26.274	34.527	34.056
2.02	Passivo Não Circulante	556.230	506.850	485.693
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	195.571	279.147	339.492
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	99.696	151.458	199.319
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	99.696	151.458	199.319
2.02.01.02	Debêntures	95.875	127.689	140.173
2.02.01.02.01	Debêntures	95.875	127.689	140.173
2.02.02	Outras Obrigações	313.140	177.899	92.720
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	296.449	168.581	85.145
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	296.449	168.581	85.145
2.02.02.02	Outros	16.691	9.318	7.575
2.02.02.02.04	Arrendamento Mercantil a pagar	10.418	7.804	7.144
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	6.273	1.514	431
2.02.04	Provisões	47.519	49.804	53.481
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.859	24.570	26.378
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	572	987	2.292
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	219	810	345
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	10.068	22.773	23.741
2.02.04.02	Outras Provisões	36.660	25.234	27.103
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	36.660	25.234	27.103
2.03	Patrimônio Líquido	684.354	730.180	771.189
2.03.01	Capital Social Realizado	1.099.584	1.099.584	1.094.734
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-415.230	-369.404	-323.545

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	268.102	242.946	220.451
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-268.230	-244.692	-240.168
3.03	Resultado Bruto	-128	-1.746	-19.717
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.505	-11.337	-11.903
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	736	-11.630	-12.352
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	736	-11.630	-12.352
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	769	293	449
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.377	-13.083	-31.620
3.06	Resultado Financeiro	-70.650	-56.092	-42.035
3.06.01	Receitas Financeiras	6.154	1.768	2.310
3.06.02	Despesas Financeiras	-76.804	-57.860	-44.345
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-76.815	-57.816	-44.256
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	11	-44	-89
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-69.273	-69.175	-73.655
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	23.447	23.316	24.953
3.08.02	Diferido	23.447	23.316	24.953
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-45.826	-45.859	-48.702
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-45.826	-45.859	-48.702
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,0266	-0,0266	-0,0283
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,0266	-0,0266	-0,0283

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-45.826	-45.859	-48.702
4.03	Resultado Abrangente do Período	-45.826	-45.859	-48.702

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	101.134	76.397	64.197
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	143.262	111.850	98.492
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-45.826	-45.859	-48.702
6.01.01.02	Baixa de ativos por direito de uso	0	-204	0
6.01.01.03	Baixa de ativos imobilizados e intangíveis líquidos	0	3	1.671
6.01.01.04	Imposto de renda e contrubuição social diferidos	-23.447	-23.316	-24.953
6.01.01.05	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-1.780	-603	-317
6.01.01.06	Juros e variações monetárias de empréstimos	16.340	17.687	19.032
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de debêntures	19.563	28.185	18.724
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre debêntures privadas	31.728	7.218	2.252
6.01.01.09	Despesas/(receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	5.299	3.640	3.351
6.01.01.10	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-12.930	-26	1.470
6.01.01.11	Constituição de provisão para manutenção	44.284	25.796	31.357
6.01.01.12	Depreciações e amortizações	107.784	99.329	95.615
6.01.01.13	Atualização monetária provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscais	2.247	0	-1.008
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-42.128	-35.453	-34.295
6.01.02.01	Contas a receber	-7.622	-2.153	-680
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	701	-521	121
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-399	345	859
6.01.02.05	Impostos a recuperar	89	121	627
6.01.02.06	Pagamento de juros	-28.544	-30.556	-23.884
6.01.02.07	Outros créditos	-1.165	-9	91
6.01.02.08	Depósitos judiciais	90	639	-2.554
6.01.02.09	Fornecedores	-1.833	-4.291	-373
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	-254	919	-697
6.01.02.11	Cauções contratuais	302	80	-41
6.01.02.12	Obrigações sociais	168	96	-655
6.01.02.13	Obrigações fiscais	236	339	-1.003

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.14	Custo de transação - empréstimos	273	252	291
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-1.176	1.042	-5.035
6.01.02.16	Taxa de fiscalização	29	21	12
6.01.02.17	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-3.028	-1.782	-1.364
6.01.02.18	Outras contas a receber	5	5	-10
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-109.836	-94.728	-79.594
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-563	-24	0
6.02.02	Aquisições de itens do Intangível	-104.036	-91.924	-79.487
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-986	-211	-2.668
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	1.541	331	1.398
6.02.05	Aplicação financeira	-5.792	-2.900	1.163
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	16.268	14.248	18.501
6.03.01	Risco Sacado - captação	494	486	923
6.03.02	Risco Sacado - pagamento	-699	-402	-1.046
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-5.879	-3.227	-4.361
6.03.04	Captações de empréstimos empresas ligadas	0	0	45.700
6.03.05	Pagamentos de empréstimos - principal	-49.839	-46.870	-22.089
6.03.08	Pagamento de debêntures	-28.709	-17.889	-8.826
6.03.09	Aumento/Integralização de capital	0	4.850	8.200
6.03.10	Captações de empréstimos	100.900	77.300	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.566	-4.083	3.104
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.674	8.757	5.653
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.240	4.674	8.757

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.099.584	0	0	-369.404	0	730.180
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.099.584	0	0	-369.404	0	730.180
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-45.826	0	-45.826
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-45.826	0	-45.826
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.099.584	0	0	-415.230	0	684.354

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.094.734	0	0	-323.545	0	771.189
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.094.734	0	0	-323.545	0	771.189
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.850	0	0	0	0	4.850
5.04.08	Integralização Capital	4.850	0	0	0	0	4.850
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-45.859	0	-45.859
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-45.859	0	-45.859
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.099.584	0	0	-369.404	0	730.180

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.086.534	0	0	-274.843	0	811.691
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.086.534	0	0	-274.843	0	811.691
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.200	0	0	0	0	8.200
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	8.200
5.04.08	Integralização de Capital	8.200	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-48.702	0	-48.702
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-48.702	0	-48.702
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.094.734	0	0	-323.545	0	771.189

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	291.986	263.050	239.062
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	226.487	194.853	175.726
7.01.02	Outras Receitas	4.898	3.896	4.177
7.01.02.01	Outras receitas	1.719	1.190	1.973
7.01.02.02	Juros capitalizados	3.179	2.706	2.204
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	60.601	64.301	59.159
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-136.343	-134.725	-138.674
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-26.501	-28.620	-30.480
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.427	-9.183	-8.717
7.02.04	Outros	-99.415	-96.922	-99.477
7.03	Valor Adicionado Bruto	155.643	128.325	100.388
7.04	Retenções	-107.784	-99.329	-95.615
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-107.784	-99.329	-95.615
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	47.859	28.996	4.773
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.165	1.724	2.221
7.06.02	Receitas Financeiras	6.154	1.768	2.310
7.06.03	Outros	11	-44	-89
7.06.03.02	Outros	11	-44	-89
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	54.024	30.720	6.994
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	54.024	30.720	6.994
7.08.01	Pessoal	23.482	22.253	18.768
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.615	16.731	13.781
7.08.01.02	Benefícios	4.755	4.476	4.040
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.112	1.046	947
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-3.436	-6.175	-9.663
7.08.02.01	Federais	-14.790	-15.962	-18.513
7.08.02.03	Municipais	11.354	9.787	8.850
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	48.076	53.283	44.339

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03.01	Juros	35.903	45.872	37.756
7.08.03.02	Aluguéis	170	189	202
7.08.03.03	Outras	12.003	7.222	6.381
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	521	572	550
7.08.03.03.03	Outras	8.824	4.516	4.177
7.08.03.03.04	Juros Capitalizados Debêntures	2.658	2.134	1.654
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-14.098	-38.641	-46.450
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	31.728	7.218	2.252
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-45.826	-45.859	-48.702

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Planalto Sul.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Introdução

A Autopista Planalto Sul, uma das oito concessionárias do grupo Arteris S.A., é a responsável, pela administração de 412,7 quilômetros da Rodovia BR-116, que liga a cidade de Curitiba-PR à divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. A concessão para administrar e conservar o trecho foi outorgada à Companhia em fevereiro de 2008, com o objetivo de explorar o Lote 2 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. O trecho administrado pela Companhia corta os municípios de Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Quitandinha, Campo do Tenente e Rio Negro no estado do Paraná, Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Santa Cecília, Ponte Alta do Norte, São Cristóvão do Sul, Ponte Alta, Correia Pinto, Lages e Capão Alto no estado de Santa Catarina, sendo um dos principais corredores de escoamento da produção agrícola desses Estados.

O prazo da concessão da rodovia é de 25 anos, contados da data do recebimento do controle do sistema rodoviário existente, expirando em fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e

A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

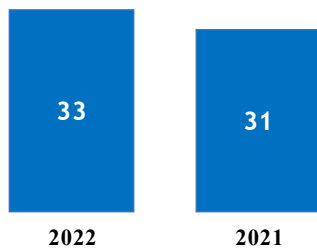


Receita e Mercado

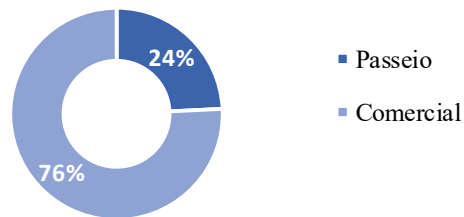
As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Planalto Sul são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Em fevereiro de 2022 a concessionária recebeu ofício com a 13ª Revisão Ordinária e Extraordinária de Tarifa Básica de Pedágio, reajustando a tarifa de veículos de passeio de R\$6,20 para R\$6,90 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais subitem (d) Aspectos Financeiros.

Em 2022, o tráfego pedagiado totalizou 33 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 6,45% superior aos 31 milhões registrados em 2021.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)



Composição do Tráfego
Ano 2022



A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$288 milhões com as atividades de transporte rodoviário, representando um aumento de 10,8% sobre 2021, quando totalizou R\$260 milhões.

A receita de pedágio registrou R\$226,5 milhões em 2022, uma variação de 16,2% em relação à 2021, quando totalizou R\$195 milhões. Essa variação deve-se principalmente ao reajuste da tarifa e um leve crescimento no tráfego pedagiado.

A receita de obras registrou R\$60 milhões em 2022, contra R\$64 milhões registrada em 2021, representando uma variação de -5,8%. Resultado da variação em função do cronograma de obras previsto no contrato de concessão.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$1 milhão em 2022, o que representa 0,3% da receita bruta. No ano de 2022, a Companhia obteve uma receita líquida de R\$268 milhões, um aumento de R\$25 milhões em relação ao ano de 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Investimentos**

O total dos investimentos realizados (CAPEX) ao longo de 2022 foi de R\$78,2 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$68,6 milhões realizados em 2021, perfazem o montante de R\$147 milhões executados nos últimos dois anos na implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema rodoviário. A quebra desses valores é apresentada na tabela abaixo:

	Investimentos - em R\$ milhões		
	2022	2021	Var. %
Ampliação da Rodovia	4,6	6,6	-30,3%
Recuperação do Pavimento Asfáltico	24,2	30,4	-20,3%
Outros Investimentos	49,4	31,6	56,2%
Total	78,2	68,6	14,0%

Durante o ano de 2022, foi concluída a recuperação de 5 pontos de Sinistros localizados ao longo da rodovia (BR-116/PR/SC).

Captações de Recursos

Para viabilizar os investimentos e fazer frente às obrigações de manutenção e operação, a Concessionária recebeu de seu acionista controlador – Arteris S.A. um total de R\$100,9 milhões, foram através de captação da 9ª e 10ª emissão de Debêntures Privadas.

Valor Adicionado

Em 2022, o valor adicionado líquido gerado como prejuízo pela Concessionária foi de R\$48 milhões, representando 17% da Receita Operacional Bruta, o que representa um aumento de 65,1% em relação a 2021, em que o valor adicionado foi de R\$29 milhões representando 11% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Nos anos de 2022 e 2021 não houve constituição de dividendos, uma vez que a Concessionária não apresentou resultado positivo em ambos os exercícios.

Planejamento Empresarial

O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela Qualidade Total

Em 2022, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

Recursos Humanos

Em 2022, a Concessionária investiu R\$36 mil (R\$42 mil em 2021) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

Indicadores Operacionais

a) Caracterização do Tráfego

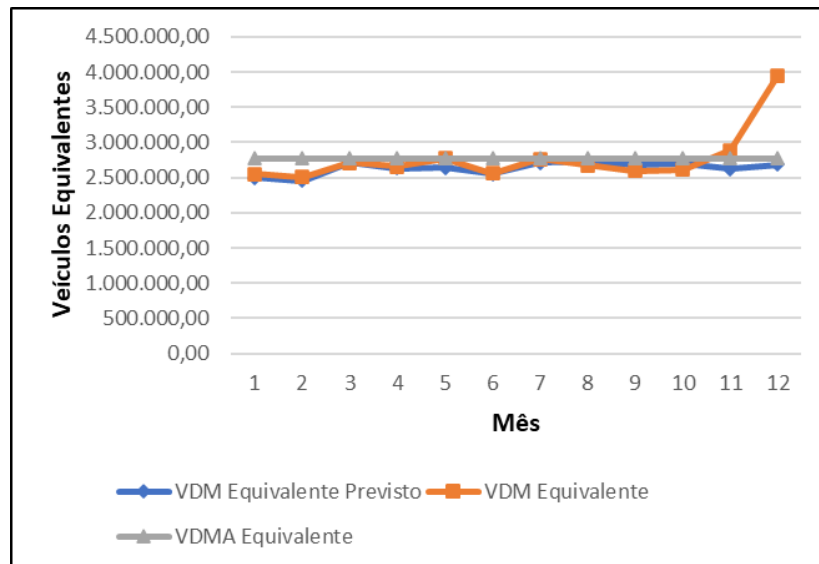
Volume

Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Variação mensal do volume - 2022

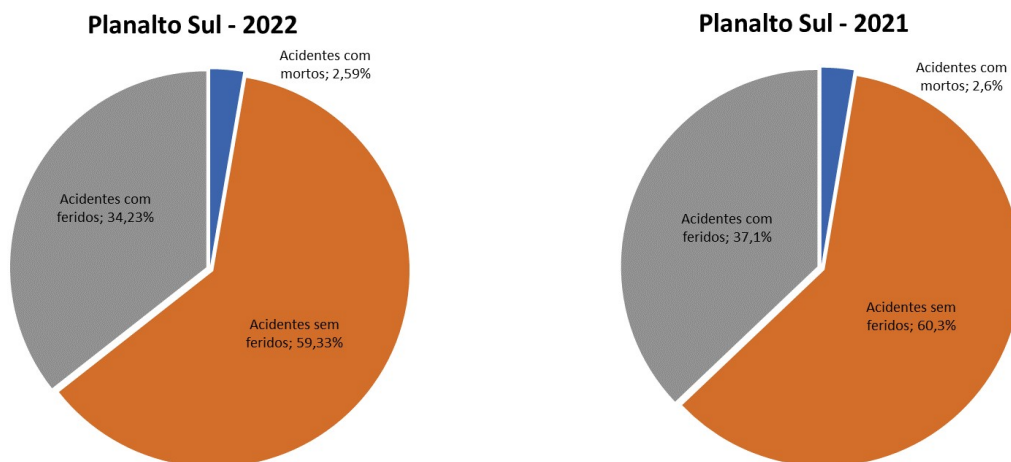


b) Segurança no Trânsito

Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

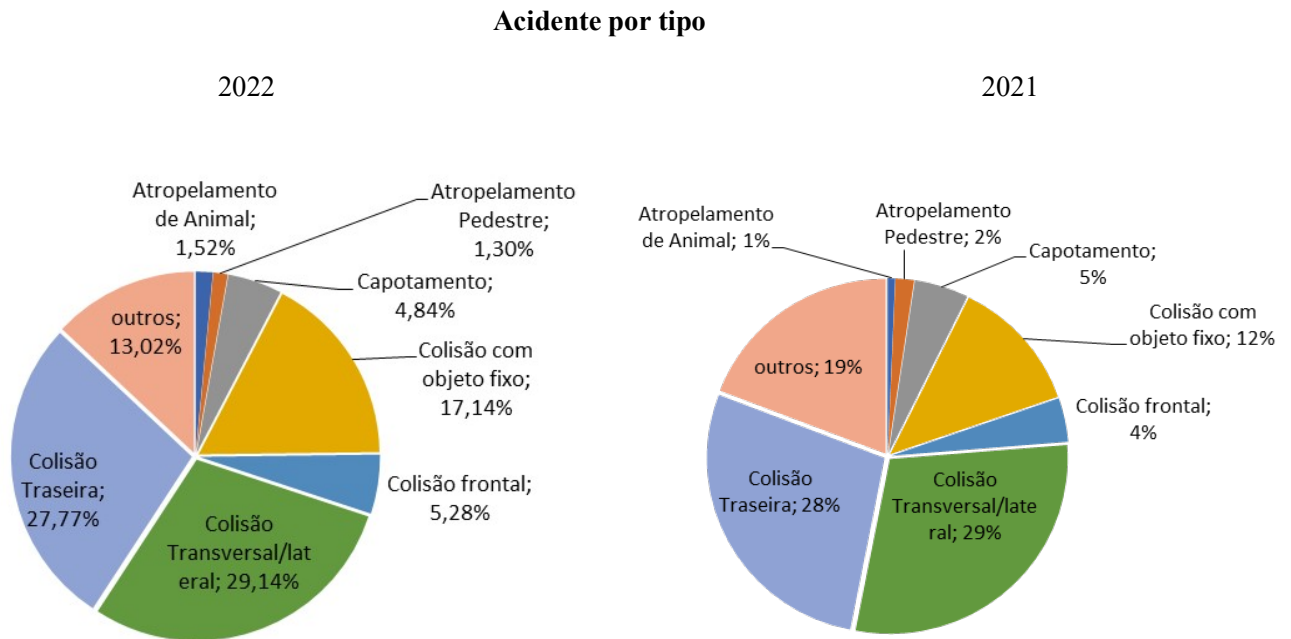
Percentual de acidentes por gravidade



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



c) Dados de Operação da Concessão

Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Tipos de veículos alocados na concessão**

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/100km
Viatura de inspeção	5	1,21
Guincho Leve	8	1,94
Guincho Pesado	3	0,73
Ambulância Simples	9	2,18
UTI	2	0,48
Caminhão Operacional	2	0,48
Caminhão Pipa	2	0,48
Caminhão Boiadeiro	1	0,24
Balança Fixa	2	0,48
Total de veículos operacionais	34	8,24
Administração	30	7,27
Pedágio	1	0,24
Animal (caretinha)	2	0,48
Caminhão	1	0,24
Picape	3	0,73
Segurança de trabalho	2	0,48
Manutenção	4	0,97
Total de veículos de apoio	43	10,42
Total de veículos	77	18,66

Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Tipos de funcionários alocados na concessão**

Cargo	Quantidade	Qtde/10.000
Analista Administrativo Jr	1	0,11
Assistente Administrativo	3	0,33
Auxiliar Administrativo	1	0,11
Auxiliar de Balança	23	2,53
Auxiliar de Serviços Gerais	18	1,98
Enfermeiro	10	1,10
Engenheiro Civil II	3	0,33
Inspetor de Tráfego	24	2,64
Médico	4	0,44
Operador de Balança	7	0,77
Operador de Guincho	36	3,95
Operador de Guincho Pesado	14	1,54
Operador de Pipa	11	1,21
Socorrista	128	14,05
Supervisor de Tráfego	2	0,22
Total Tráfego	285	31,29
Assistente de Pedagio	19	2,09
Operador de Pedagio	108	11,86
Supervisor de Arrecadação	2	0,22
Total Arrecadação	129	14,16
Total	414	45,46

d) Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (em R\$ mil)

Receita	Em 2022	Acumulada
	288.039	3.639.062

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (em R\$ mil)

	Em 2022	Acumulado
Investimentos	78.188	1.911.527

Custos Operacionais (em R\$ mil)

Os custos e despesas operacionais (excluídos a depreciação e amortização) da Companhia totalizaram R\$160 milhões em 2022, ante R\$157 milhões em 2021, aumento de 1,7%. A maior parte desta variação refere-se a revisão do cronograma de obras, o qual tem impacto direto com a provisão de manutenção.

Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R\$54 milhões em 2022, uma redução de -19% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R\$67 milhões, a principal causa dessa variação foi o pagamento de custos com conservação da rodovia, ocorrido em 2022.

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

ISS repassados (em R\$ mil)

	Em 2022	Acumulado
ISS	14.407	146.300

EBITDA e EBITDA Ajustado (em R\$ Mil)

	2022	2021	Var %
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	268,1	242,9	10,4%
Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)	(159,7)	(157,0)	1,7%
EBITDA ¹	108,4	86,0	26,1%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	44,3	25,8	71,7%
EBITDA Ajustado ²	152,7	111,7	36,6%

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

Endividamento (em R\$ mil)

	2022	2021	Var %
Dívida Bruta	491,7	359,1	36,9%
Curto Prazo	95,6	79,9	19,6%
Longo Prazo	396,1	279,1	41,9%
Posição de Caixa			
Caixa e equivalentes de Caixa	26,2	12,9	103,7%
Aplicações financeiras vinculadas 1	15,1	14,9	2,0%
Dívida Líquida	450,3	331,3	35,9%

1 Curto e Longo Prazo

A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, a companhia sempre atua para estruturar financiamentos compatíveis com o empreendimento rodoviário.

Lucro/Prejuízo Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2022 com prejuízo líquido de R\$45,8 milhões, uma redução de -R\$0,07 milhões frente ao resultado de R\$45,9 milhões registrado no exercício de 2021. Essa variação deriva principalmente do resultado da reestruturação e implantação da Regional Sul.

Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio – 2022 (em R\$)

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículo								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
P1 - Fazenda Rio Grande	bidirecional	6,90	13,80	10,35	20,70	13,80	27,60	34,50	41,40	3,45
P2 - Rio Negro		6,90	13,80	10,35	20,70	13,80	27,60	34,50	41,40	3,45
P3 - Monte Castelo		6,90	13,80	10,35	20,70	13,80	27,60	34,50	41,40	3,45
P4 - Santa Cecília		6,90	13,80	10,35	20,70	13,80	27,60	34,50	41,40	3,45
P5 - Correria Pinto		6,90	13,80	10,35	20,70	13,80	27,60	34,50	41,40	3,45

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Concessionária em números**

Tabela - Rodovias	
Dados anuais 2020	Unidade de medida ou comentário
Quilômetros de rodovia	412,7 quilômetros
Número de veículos que transitaram	CAT-01 8.330.911 58%
	CAT-02 1.158.103 8%
	CAT-03 64.704 0%
	CAT-04 1.166.695 8%
	CAT-05 12.061 0%
	CAT-06 992.678 7%
	CAT-07 667.357 5%
	CAT-08 1.780.575 12%
	CAT-09 277.064 2%
	TOTAL 14.450.148 100%
Número de praças de pedágios	5 praças

Tarifa	TABELA DE CATEGORIAS			
	VALOR DA TARIFA = 6,90			
	Descrição	Eixos	Categorias	Tarifa Básica
	Automóvel, Caminhonete e Furgão	2	1	6,90
	Caminhão leve, Ônibus, Caminhão Trator e Furgão	2	2	13,80
	Automóvel semirreboque e Caminhonete semirreboque	3	3	10,35
	Caminhão, Caminhão Trator semirreboque, Ônibus, Caminhão Trator	3	4	20,70
	Automóvel + reboque, e Caminhonete + reboque	4	5	13,80
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semirreboque	4	6	27,60
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semirreboque	5	7	34,50
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semirreboque	6	8	41,40
	Motocicleta, Motonetas, Bicicletas motor e Triciclos	2	9	3,45

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Número de quilômetros mantidos	412,7 quilômetros
---------------------------------------	----------------------

Índice de congestionamento	Nível C
-----------------------------------	---------

Trânsito Médio Diário Equivalente	Mês	Média diária (em milhares)
	Jan	82.389
	Fev	89.648
	Mar	87.395
	Abr	88.439
	Mai	89.422
	Jun	85.380
	Jul	89.296
	Ago	86.236
	Set	86.480
	Out	84.425
	Nov	96.336
	Dez	127.450

Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	Média anual	91.075	em Milhares
--	-------------	--------	-------------

Equipes utilizadas pelo concessionário	Administrativo	Pavimentação
	Jurídico	Obras
	Comunicação	Projetos
	Responsabilidade Social	Manutenção Tecnológica
	Meio Ambiente	Faixa de Domínio
	Conservação	Segurança do Trabalho
	Arrecadação	Tráfego
	Centro de Controle Operacional	

Índices de qualidade de estrada	Rodovia: BR-116 (SC)		
	Parâmetro	Ano 14	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
	Irregularidade Longitudinal	100%	0%
	Rodovia: BR-116 (PR)		
	Parâmetro	Ano 13	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
	Irregularidade Longitudinal	100%	0%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Receita de pedágio	226.487 em R\$ mil
Custos associados às receitas de pedágio	19.937 em R\$ mil

<i>Fator Trabalho</i>	
Número de Trabalhadores	313
Despesas de Pessoal	22.293 em R\$ mil

<i>Fator Capital</i>	
Despesas de Depreciação	Método Linear
Ativo Líquido	41.394 em R\$ mil
Ativo Bruto	1.398.139 em R\$ mil
Série Histórica dos Investimentos	1.911.527 em R\$ mil
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado

<i>Fatores Intermediários</i>	
Despesas em Administração	-8.397 em R\$ mil
Despesas em Manutenção	789 em R\$ mil
Outras Despesas	0 em R\$ mil

<i>Seguridade</i>	
Quantidade de Acidentes	871 Acidentes sem feridos
	553 Acidentes com feridos
	44 Acidentes com mortos

<i>Indicadores</i>	
Receita por veículo ou KM	698 por KM
Custo por veículo ou KM	650 por KM

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Balanço Social

	2022				2021			
1 - Base de cálculo								
Faturamento Bruto	288.039				260.050			
Receita líquida (RL)	268.102				242.946			
Resultado operacional (RO)	-69.273				-69.175			
Folha de pagamento bruta (FPB)	11.768				10.890			
Folha de pagamento bruta - total remunerações	11.768				10.890			
Folha de pagamento bruta - total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A				N/A			
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL		Valor	% sobre FPB	% sobre RL	
Alimentação	2.429	21%	1%		2.212	20%	1%	
Encargos Sociais	4.497	38%	2%		4.088	38%	2%	
Previdência privada	118	1%	0%		0	0%	0%	
Saúde	1.855	16%	1%		1.976	18%	1%	
Segurança e Saúde no trabalho	212	2%	0%		217	2%	0%	
Educação	4	0%	0%		6	0%	0%	
Cultura	0	0%	0%		0	0%	0%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	36	0%	0%		42	0%	0%	
Creches ou auxílio creche	193	2%	0%		166	2%	0%	
Participação nos lucros ou resultados	1.084	9%	0%		1.251	11%	1%	
Outros	154	1%	0%		117	1%	0%	
Total - Indicadores sociais internos	10.583	90%	4%		10.075	93%	4%	
3 - Indicadores sociais externos								
Educação	120	1%	0%		89	1%	0%	
Cultura	0	0%	0%		0	0%	0%	
Saúde e saneamento	0	0%	0%		0	0%	0%	
Esporte	0	0%	0%		0	0%	0%	
Combate à fome e segurança alimentar	3	0%	0%		80	1%	0%	
Outros	5	0%	0%		0	0%	0%	
Total de contribuições à sociedade	128	1%	0%		169	2%	0%	
Tributos (Exceto encargos sociais)	19.614	167%	7%		16.896	155%	7%	
Total - Indicadores sociais externos	19.742	168%	7%		17.065	157%	7%	
4 - Indicadores ambientais								
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	547	5%	0%		207	2%	0%	
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	-	0%	0%		-	0%	0%	
Total de investimentos em meio ambiente	547	5%	0%		207	2%	0%	
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	(X) Não possui metas				() Não possui metas			
	() Cumpre de 0 a 50%				() Cumpre de 0 a 50%			
	() Cumpre de 50 a 75%				() Cumpre de 50 a 75%			
	() Cumpre de 75 a 100%				(X) Cumpre de 75 a 100%			

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



5- Indicadores do corpo funcional		
Nº de colaboradores ao final do período	313	298
Tempo de serviço	12% até seis meses	9% até seis meses
	11% de seis meses a um ano	12% de seis meses a um ano
	15% entre um e dois anos	33% entre um e dois anos
	29% entre dois e cinco anos	28% entre dois e cinco anos
	33% mais de cinco anos	18% mais de cinco anos
Nº de admissões durante o período	83	64
Nº de demissões durante o período	72	88
Nº de colaboradores terceirizados	10	504
Nº de estagiários (as)	0	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	5	2
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	51	48
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	199	192
Nº de colaboradores acima de 45 anos	58	56
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	126	122
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,00%	0%
Remuneração paga a mulheres no período	2.481	2.258
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	2	1
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%	0%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	7	7
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	22.636	23.743
Total de horas extras pagas (valor)	498	355
Total de INSS pagos	3.629	3.251
Total de FGTS pago	815	770
Total de Contribuição Sindical paga	0	0
Totais dos demais encargos sociais pagos	0	0
Total de IRRF recolhido no período	368	471
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IRPJ recolhido no período	0	-266
Total de CSLL recolhido do período	0	0
Total de PIS recolhidos no período	1.413	1.260
Total de COFINS recolhidos no período	6.519	5.816
Total de outros tributos recolhidos no período	11.153	9.685
6- Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	36,29	37,89
Número total de acidentes de trabalho	1	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores () não se aplica	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	2% no PROCON 0% na Justiça	0% no PROCON 4% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir	54.024	30.720
Distribuição do Valor Adicionado	-6% Governo -26% Acionistas 43% Colaboradores 89% Terceiros 0% Retidos	-20% Governo -126% Acionistas 72% Colaboradores 173% Terceiros 0% Retidos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Demais assuntos

a) Responsabilidade Social e Ambiental

Sustentabilidade

A Agenda ESG compõe os orientadores estratégicos da Arteris e fundamentam as tomadas de decisão da companhia, considerando a análise de impactos ambientais, sociais e de governança reais e potenciais de sua atuação. Por meio de iniciativas, indicadores e metas em diversas frentes, a agenda orienta a promoção de uma gestão voltada à geração de valor compartilhado.

Importantes avanços nessa Agenda foram registrados em 2022, com a implantação de projetos que contribuem cada vez mais para o caminho do desenvolvimento sustentável. A estruturação do Comitê ESG, composto pela alta direção e acionistas, reportando diretamente ao Conselho de Administração, além da incorporação de metas ESG na avaliação de desempenho dos executivos, demonstram a robustez da governança do tema na companhia.

A redução de emissões atmosféricas, o foco na eficiência energética de suas operações e a contribuição para a economia circular são compromissos de uma das frentes prioritárias da Agenda ESG na busca pela descarbonização, seguindo a metodologia de metas baseadas na ciência da iniciativa *Science Based Target*. A primeira conquista da agenda foi a aquisição de certificados de energia renovável I-REC+REC Brazil correspondentes a 100% do consumo próprio de eletricidade de 2021, reduzindo a zero as emissões de CO₂e desta fonte.

Projetos implantados inicialmente em menor escala foram estendidos a maioria das concessionárias, como a substituição de lâmpadas tradicionais por LED, a implantação de painéis solares na Arteris ViaPaulista e no Núcleo de Soluções, escritório sede da empresa em Ribeirão Preto e a implantação de biofossas para tratamento de resíduos sanitários de forma ecológica. Outros destaques dentro do plano de descarbonização têm conexão com o consumo sustentável de combustíveis, a gestão de resíduos, a recuperação de pavimentos com utilização de asfalto reciclado e redução de consumo de energia na aplicação, dentre outras iniciativas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Com o desafio presente na conservação da biodiversidade, a Arteris Fluminense se destacou com a relevância do projeto de passagens de fauna, infraestruturas de corredores ecológicos que interligam fragmentos florestais isolados na paisagem, reduzem o isolamento geográfico e trazem proteção para a fauna silvestre, em especial o mico-leão dourado, além do aumento da segurança viária para os usuários da BR-101/RJ. Por meio deste projeto, a concessionária conquistou o Prêmio Firjan de Sustentabilidade 2022, na categoria Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, reconhecimento do Projeto Rodovias Sustentáveis.

Como signatária da Década de Ação da ONU para a Segurança Viária (2020-2030) para reduzir 50% das fatalidades nas rodovias, a Arteris acompanha de perto os indicadores de segurança viária de suas concessões e direciona o foco para iniciativas que atuam em pontos críticos, em busca da melhoria contínua dos índices de acidentes e fatalidades. Em 2022, a companhia também procurou aprofundar a análise de dados dos acidentes rodoviários conferindo um olhar mais “individualizado” para o perfil de tráfego e de ocorrências em cada concessionária, a fim de ampliar a efetividade das ações. Esse trabalho é reflexo do amadurecimento do Grupo Estratégico para Redução de Acidentes Rodoviários (GERAR), responsável pela gestão do Plano de Redução de Acidentes (PRA), cujas ações são realizadas por meio de três frentes: educação, com o Projeto Escola, Viva Meio Ambiente e Programas Viva, operação, via parcerias em campanhas de fiscalização e engenharia, com investimentos em obras e manutenção.

O Projeto Escola passou por um processo de atualização e adotou em 2022 o formato de educação híbrida. A base continua a mesma: estimular a educação para a humanização do trânsito e a vivência da sustentabilidade através da capacitação dos educadores e da distribuição de materiais pedagógicos. Nesse novo formato, os professores recebem um “cardápio pedagógico” com games, quiz, vídeos de animação, podcasts, entre outros, onde podem escolher quais experiências vão nortear o trabalho com os alunos. Ainda em 2022, o Projeto Escola recebeu o Prêmio Rodovias + Brasil, do Ministério da Infraestrutura, na categoria Ações Sociais em Concessões.

Entregas como a conclusão da ponte sul sobre o Rio Camboriú, na concessionária Litoral Sul, e o início da obra da terceira faixa na concessionária Fernão Dias têm importante papel na busca pela redução de ocorrências, especialmente com o objetivo de segregar os veículos que utilizam a via para longos trajetos e os que percorrem curta distância, oferecendo alternativas para que estes últimos não precisem utilizar as vias principais. Só no trecho da ponte do Rio Camboriú, observou-se redução de mais de 50% nos acidentes, em seis meses de análise após a implantação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



O compromisso da Arteris com agendas públicas, além da Década da ONU para a Segurança Viária, é representado também pela adesão a iniciativas como o Pacto Global, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Programa na Mão Certa, por meio do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras.

Por meio do Programa de Integridade, a Arteris promove ações para prevenir, minimizar ou detectar com agilidade atos de corrupção, fraude e outros desvios de conduta ética. A certificação ISO 37001 para o sistema anticorrupção, conquistada em 2022, atesta a efetividade da gestão e dos processos da companhia, considerando o mapa de riscos e as medidas de mitigação e controle para os riscos relacionados principalmente à corrupção e exposição reputacional, pontos sensíveis recorrentes na seara da interface entre os agentes públicos e privados. Essa conquista se soma ao Selo Pró-Ética, entregue em 2021 pela Controladoria Geral da União (CGU), sendo a Arteris a única empresa do setor de concessão de rodovias a ser reconhecida, e reforça a sua atuação voltada para a manutenção de um ambiente de negócio ético e de confiança na relação com os stakeholders.

Nessa linha, a Arteris vem investindo na reestruturação dos processos de suprimentos, incluindo a implantação de sistemas modernos com foco na qualidade, transparência e gestão do relacionamento com fornecedores e parceiros, em alinhamento com os parâmetros ESG.

Manter um ambiente de trabalho seguro também é um compromisso renovado a cada dia, com ações voltadas à promoção da cultura de segurança entre colaboradores e terceiros e à melhoria contínua das condições de trabalho. A criação do CCSO (Centro de Controle de Segurança e Operação), função agregada ao CCO (Centro de Controle Operacional) reforça o olhar para a segurança do trabalho. Este projeto representa uma inovação com a disponibilidade de observação remota e permanente das condições de segurança dos trabalhadores por meio de câmeras, tornando possível chegar a várias frentes de serviço de maneira rápida e segura.

A segurança cibernética também foi alvo de investimento em 2022, com a proteção das informações no espaço cibernético. A Arteris tem trabalhado com tecnologias de ponta, parceiros de negócios e os principais fornecedores de Tecnologia e Segurança de Informação para aumento da maturidade e melhoria nos seus processos.

Aspecto desafiador para muitas empresas e que vem ganhando mais foco com a Agenda ESG é a pauta da diversidade, equidade e inclusão. Ações estruturais do Programa de Diversidade Arteris, como a realização

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



de um censo para mapear o perfil do público interno, com a participação de 80% dos colaboradores, proporcionou a definição dos pilares de atuação, voltados para gênero, raça, LGBTI+, pessoas com deficiência e gerações, e suas lideranças responsáveis, preparando o caminho para a implantação das iniciativas que integrarão essa agenda nos próximos anos, sustentados pela norma de diversidade da companhia, lançada em 2022.

Pautada no planejamento, na inovação e no uso de boas práticas, a Arteris segue na execução da Agenda ESG em 2023, sem perder a visão de futuro, na certeza de que seus resultados contribuam para a geração de valor compartilhado.

b) Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Rio Negro, 16 de fevereiro de 2023.

A Administração.

Diretoria

Andre Giavina Bianchi
Diretor Executivo de Operações

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia
Conselheiro

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor de Operações

Roberto Paolini

Conselheiro

Simone Aparecida Borsato

Diretora Econômico e Financeiro/

Diretora de Relações com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Conselheira

Giane Luza Zimmer Freitas

Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza

Diretor de Manutenção

Contador

Fernando Vinicius de Lima

CRC SP-305385/O-9

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Demonstrações contábeis referente ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2022 e relatório do
auditor independente

Notas Explicativas

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade” ou “Planalto Sul”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Praça do Pedágio BR 116, km 204, bairro Roseira. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “*holding*” é a Arteris S.A.

A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A. (controladora) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, o fundo Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

A Arteris S.A. é uma sociedade brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE’s) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. (“Controladora”) e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo Arteris” e individualmente como “entidade do Grupo”).

2. CONCESSÃO

A Sociedade está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 kms de duplicações de rodovia.
- 48,3 kms de terceiras faixas.
- 13,72 kms de vias laterais.
- Construção de cinco trevos completos.
- Construção do dispositivo viário do Distrito Industrial de Curitiba – PR.
- Construção de onze passarelas.
- Construção de cinco praças de pedágio.
- Construção de nove bases de serviços operacionais – BSO’s.
- Implantação ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Notas Explicativas

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser de forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846. A partir de 31 de dezembro de 2022 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$18.768 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

b) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

c) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.

d) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

e) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.

f) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.

g) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$558.036 (R\$572.826 em 31 de dezembro de 2021) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$244.999 (R\$243.477 em 31 de dezembro de 2021) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.

ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

No ano de 2022 a Sociedade informa que está em negociações com a ANTT, para firmar um Termo de Ajuste de Conduta - "TAC", a fim de sanar processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mediante proposta de execução de obras não previstas no contrato de concessão. Mas, segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento. Até a data da presente divulgação não houve formalização de nenhum termo entre as partes.

Administração da Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. De acordo com o andamento do processo, a Sociedade espera que ajustes materiais possam ser reconhecidos nas demonstrações contábeis. A

Notas Explicativas

Administração da Sociedade segue avaliando esse tema. A Sociedade manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a este tema.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2023.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais estão descritas a seguir

(i) Julgamentos

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação

Notas Explicativas

dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente de cada concessão.

(ii) Estimativas

Determinação das receitas de construção

De acordo com o CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Compliance* - POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 18.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7.

Notas Explicativas

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

4.1 Contratos de concessão de serviços

A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2.

4.1.1 Receitas

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

4.1.2 Ativos intangíveis

A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

4.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens

Notas Explicativas

não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

4.3 Instrumentos financeiros

4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.3.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são

Notas Explicativas

	reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	---

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)

No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade.

A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Notas Explicativas

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

4.5 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.6 Outros ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda.

Notas Explicativas

Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes – EBT*). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

4.8 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

4.9 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos diferidos

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT).

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4.10 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Notas Explicativas

Provisão para riscos fiscais, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.12 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023.

Não há impactos para as seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações contábeis:

- (a) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- (b) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- (c) Contratos de Seguros;
- (d) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26);
- (e) Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

Notas Explicativas

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Caixa e contas bancárias	4.533	960
Fundos de investimentos (*)	7.707	3.714
Total	<u>12.240</u>	<u>4.674</u>

<u>Aplicações financeiras</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Fundos de investimentos (**)	14.005	8.213
Total	<u>14.005</u>	<u>8.213</u>

* Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 101,14% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (95,00% a.a. em 31 de dezembro de 2021). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

**As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2022</u>		<u>31.12.2021</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber	16.510	-	9.151	-
Cupons de pedágio a receber	268	-	148	-
Cartões de pedágio a receber	100	-	91	-
Receitas acessórias a receber (a)	692	-	605	5
Outras receitas a receber	48	-	1	-
Total	<u>17.618</u>	<u>-</u>	<u>9.996</u>	<u>5</u>

(a) Receitas acessórias a receber referente ao uso de faixa de domínio.

Notas Explicativas

Cronograma de recebimento:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	17.618	-	9.769	5
Créditos vencidos até 60 dias	-	-	183	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	-	5	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	-	39	-
	<u>17.618</u>	<u>-</u>	<u>9.996</u>	<u>5</u>

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperada com recebíveis em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(69.273)	(69.175)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	23.553	23.520
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(106)	(204)
Total	<u>23.447</u>	<u>23.316</u>
Imposto Contabilizado	23.447	23.316
Créditos de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	<u>23.447</u>	<u>23.316</u>
Alíquota efetiva de impostos	(34%)	(34%)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

Notas ExplicativasNão circulanteImposto de renda e contribuição social
diferido ativo

	31.12.2022	31.12.2021
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	571.773	494.341
Provisão de participação nos lucros	775	756
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	10.859	24.569
Outras provisões	508	436
Provisão para manutenção de rodovias	62.934	59.761
Ajuste dos encargos financeiros - (credores pela concessão)	1.141	541
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização estorno de capitalização de juros	(29)	(25)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	648.027	580.445
Alíquota nominal	34%	34%
Total	220.329	197.351
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajuste dos encargos financeiros (<i>confirming</i>)	-	4
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	11.072	9.688
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(14.071)	(15.451)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(4.784)	(5.253)
Total do imposto de renda e contribuição social contabilizado	215.545	192.098

Movimentos de resultados representados por:

	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo fiscal e base negativa	77.432	70.497
Provisão de participação nos lucros	19	10
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(13.711)	(1.809)
Outras provisões	70	(340)
Provisão para manutenção de rodovias	3.173	(1.398)
Ajuste dos encargos financeiros (<i>confirming</i>)	(4)	4
Arrendamentos	600	232
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	1.384	1.388
Amortização estorno de capitalização de juros	-	(7)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	68.963	68.577
Alíquota nominal	34%	34%
Total	23.447	23.316
Total do imposto de renda e contribuição social	23.447	23.316

- a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e

Notas Explicativas

plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT – *Earnings Before Taxes*).

- b) Refere-se a provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final de cada concessão.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade teve que depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio até 31 de dezembro de 2017. A partir de 1º de janeiro de 2018 esse percentual passou para 49% e permaneceu até 31 de dezembro de 2020. A partir de 1º de janeiro de 2021 passou para 53%. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R\$15.149 (R\$14.858 em 31 de dezembro de 2021), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,90% a.a. (98,90% a.a. em 31 de dezembro de 2021) da variação do CDI.

Notas Explicativas

Notas Explicativas**9. DIREITO DE USO**

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2021	9.760	2.809	420	274	19	98	13.380
Remensuração	482	(77)	257	-	-	841	1.503
Adições	-	-	-	12.636	-	-	12.636
Baixas	-	-	(421)	(273)	-	-	(694)
Saldo em 31.12.2022	<u>10.242</u>	<u>2.732</u>	<u>256</u>	<u>12.637</u>	<u>19</u>	<u>939</u>	<u>26.825</u>
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2021	(2.276)	2	(289)	(292)	(19)	(121)	(2.995)
Amortização	(2.050)	(872)	(150)	(2.755)	-	(87)	(5.914)
Baixa	-	-	421	273	-	-	694
Saldo em 31.12.2022	<u>(4.326)</u>	<u>(870)</u>	<u>(18)</u>	<u>(2.774)</u>	<u>(19)</u>	<u>(208)</u>	<u>(8.215)</u>
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2021	7.484	2.811	131	(18)	-	(23)	10.385
Saldo em 31.12.2022	5.916	1.862	238	9.863	-	731	18.610
Taxas de amortização - a.a.	20%	17%	27%	38%	100%	8%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2020	9.019	2.435	411	265	19	237	12.386
Remensuração	744	37	13	9	-	47	850
Adições	-	2.618	-	-	-	-	2.618
Baixas	(3)	(2.281)	(4)	-	-	(186)	(2.474)
Saldo em 31.12.2021	<u>9.760</u>	<u>2.809</u>	<u>420</u>	<u>274</u>	<u>19</u>	<u>98</u>	<u>13.380</u>
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2020	(449)	(1.611)	(115)	(65)	(4)	(226)	(2.470)
Amortização	(1.830)	(865)	(178)	(227)	(15)	(88)	(3.203)
Baixa	3	2.478	4	-	-	193	2.678
Saldo em 31.12.2021	<u>(2.276)</u>	<u>2</u>	<u>(289)</u>	<u>(292)</u>	<u>(19)</u>	<u>(121)</u>	<u>(2.995)</u>
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2020	8.570	824	296	200	15	11	9.916
Saldo em 31.12.2021	7.484	2.811	131	(18)	-	(23)	10.385
Taxas de amortização - a.a.	20%	35%	57%	60%	100%	41%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
(b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
(c) Refere-se a veículos administrativos.
(d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
(e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
(f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.

Notas Explicativas**10. IMOBILIZADO**

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2021	516	1.263	606	1.048	1.283	73	4.789
Adições	22	-	484	57	-	-	563
Saldo em 31.12.2022	<u>538</u>	<u>1.263</u>	<u>1.090</u>	<u>1.105</u>	<u>1.283</u>	<u>73</u>	<u>5.352</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2021	(439)	(1.046)	(597)	(782)	(958)	(8)	(3.830)
Depreciações	(18)	(150)	(88)	(83)	(89)	-	(428)
Saldo em 31.12.2022	<u>(457)</u>	<u>(1.196)</u>	<u>(685)</u>	<u>(865)</u>	<u>(1.047)</u>	<u>(8)</u>	<u>(4.258)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2021	77	217	9	266	325	65	959
Saldo em 31.12.2022	81	67	405	240	236	65	1.094
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2020	496	1.259	606	1.048	1.283	73	4.765
Alienações/baixas	20	4	-	-	-	-	24
Saldo em 31.12.2021	<u>516</u>	<u>1.263</u>	<u>606</u>	<u>1.048</u>	<u>1.283</u>	<u>73</u>	<u>4.789</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2020	(418)	(874)	(485)	(695)	(865)	(8)	(3.345)
Depreciações	(21)	(172)	(112)	(87)	(93)	-	(485)
Saldo em 31.12.2021	<u>(439)</u>	<u>(1.046)</u>	<u>(597)</u>	<u>(782)</u>	<u>(958)</u>	<u>(8)</u>	<u>(3.830)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2020	78	385	121	353	418	65	1.420
Saldo em 31.12.2021	77	217	9	266	325	65	959
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	

Notas Explicativas**11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO**

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	<i>Software</i>	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2021	1.647.818	2.814	1.650.632	34.948	1.685.580
Adições	49.476	964	50.440	14.302	64.742
Transferências/reclassificações	12.376	-	12.376	(12.376)	-
Saldo em 31.12.2022	<u>1.709.670</u>	<u>3.778</u>	<u>1.713.448</u>	<u>36.874</u>	<u>1.750.322</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2021	(552.453)	(1.416)	(553.869)	-	(553.869)
Amortizações	(101.119)	(323)	(101.442)	-	(101.442)
Saldo em 31.12.2022	<u>(653.572)</u>	<u>(1.739)</u>	<u>(655.311)</u>	<u>-</u>	<u>(655.311)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2021	1.095.365	1.398	1.096.763	34.948	1.131.711
Saldo em 31.12.2022	1.056.098	2.039	1.058.137	36.874	1.095.011
Taxas de amortização - a.a. (c)	6%	20%			

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2020	1.593.273	2.151	29	1.595.453	22.489	1.617.942
Adições	49.959	663	-	50.622	17.019	67.641
Transferências/reclassificações	4.589	-	(29)	4.560	(4.560)	-
Alienações/baixas	(3)	-	-	(3)	-	(3)
Saldo em 31.12.2021	<u>1.647.818</u>	<u>2.814</u>	<u>-</u>	<u>1.650.632</u>	<u>34.948</u>	<u>1.685.580</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2020	(456.965)	(1.263)	-	(458.228)	-	(458.228)
Amortizações	(95.488)	(153)	-	(95.641)	-	(95.641)
Alienações/baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	<u>(552.453)</u>	<u>(1.416)</u>	<u>-</u>	<u>(553.869)</u>	<u>-</u>	<u>(553.869)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2020	1.136.308	888	29	1.137.225	22.489	1.159.714
Saldo em 31.12.2021	1.095.365	1.398	-	1.096.763	34.948	1.131.711
Taxas de amortização - a.a. (c)	6%	20%				

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do exercício da concessão.
- (b) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza as obras de terceiras faixas e manutenção de pavimento.
- (c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

Notas Explicativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade complementou no montante de R\$3.179 (R\$2.706 em 31 de dezembro de 2021) o valor justo das infraestruturas em construção tomando como base os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2022 foi de 0,64% a.a. e em 2021 0,54% a.a., do total de juros provisionados no exercício, vide nota explicativa 12.

Análise de impairment

A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante o exercício de 2022 de acordo com os requisitos o CPC 01. Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2022.

Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram realizados e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa da Sociedade são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade para cada UGC, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em Reais, considerando efeitos inflacionários: 5,03% em 2023, 4,15% em 2024 e 3,63% de 2025 até 2033.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos. O correspondente Custo Médio Ponderado de Capital após impostos é de 8,83% em 31 de dezembro de 2022 (8,5% em 31 de dezembro de 2021).

Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa, o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em qualquer premissa acarretará uma perda adicional.

A Administração vem acompanhando as projeções com o realizado de 31 de dezembro de 2022 e concluiu que não possui qualquer indicativo para constituição de provisão de *impairment*.

12. FINANCIAMENTOS

A composição dos financiamentos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2022	31.12.2021
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,58% a.a.	dez-25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	110.187	150.781
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,62% a.a.	mar-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	27.920	32.929
Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+8,99% a.a.	jan-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	18.132	20.605
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP a.a.	jan-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	203	243
				156.442	204.558
Custo de transação				(762)	(964)
Total Geral				155.680	203.594
Circulante				55.984	52.136

Notas Explicativas

Não circulante	99.696	151.458
Total	155.680	203.594

Estão representados por:

Moeda nacional	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	52.338	152.220	204.558	49.437	200.283	249.720
Juros e variações monetárias provisionados	16.861	-	16.861	18.259	-	18.259
Amortização de principal	(49.839)	-	(49.839)	(46.870)	-	(46.870)
Pagamento de juros	(15.138)	-	(15.138)	(16.551)	-	(16.551)
Transferência	51.963	(51.963)	-	48.063	(48.063)	-
	<u>56.185</u>	<u>100.257</u>	<u>156.442</u>	<u>52.338</u>	<u>152.220</u>	<u>204.558</u>
Custo de transação	(201)	(561)	(762)	(202)	(762)	(964)
Saldo final	<u>55.984</u>	<u>99.696</u>	<u>155.680</u>	<u>52.136</u>	<u>151.458</u>	<u>203.594</u>

Em 31 de dezembro de 2022 as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2023	51.392
2024	32.909
2025	10.687
2026	5.269
	<u>100.257</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

- 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais

Notas Explicativas

- 2) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes:

- i) À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora;
- ii) Aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e
- iii) Ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo BNDES tenha autorizado previamente.

- 3) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total".

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

13. DEBÊNTURES

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.12.2022	31.12.2021
2ª Emissão - Série Única	100.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez-25	136.099	155.993
				<u>136.099</u>	<u>155.993</u>
			Custo de transação	<u>(629)</u>	<u>(700)</u>
			Total	<u>135.470</u>	<u>155.293</u>
			Circulante	39.595	27.604
			Não circulante	<u>95.875</u>	<u>127.689</u>
			Total	135.470	155.293

Notas Explicativas

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	27.779	128.214	155.993	16.730	140.838	157.568
Juros e variações monetárias provisionados	13.290	8.931	22.221	14.050	16.269	30.319
Amortização de principal	(28.709)	-	(28.709)	(17.889)	-	(17.889)
Pagamento de juros	(13.406)	-	(13.406)	(14.005)	-	(14.005)
Transferências	40.851	(40.851)	-	28.893	(28.893)	-
	<u>39.805</u>	<u>96.294</u>	<u>136.099</u>	<u>27.779</u>	<u>128.214</u>	<u>155.993</u>
Custo de transação	(210)	(419)	(629)	(175)	(525)	(700)
Saldo final	<u>39.595</u>	<u>95.875</u>	<u>135.470</u>	<u>27.604</u>	<u>127.689</u>	<u>155.293</u>

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
2ª Emissão - Série Única	15.12.2014	100.000	1.000	08.04.2015	106.845
		<u>100.000</u>			<u>106.845</u>

Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2023	51.484
2024	<u>44.810</u>
	<u>96.294</u>

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

A escritura da 2ª emissão da Sociedade possui as mesmas cláusulas restritivas do contrato com o BNDES apresentada na Nota Explicativa de Financiamentos, apresentando, portanto, os mesmos índices descritos na referida Nota Explicativa. Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas na escritura da 2ª emissão de debêntures.

Notas Explicativas

A Sociedade possui as mesmas cláusulas restritivas dos contratos com o BNDES apresentada na Nota Explicativa de Financiamentos 12.

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$12.797 (R\$10.588 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$4.259 (R\$5.238 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e debêntures para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Régis Bittencourt S.A. (a)	-	701
Contas a receber de partes relacionadas circulante	-	701
Total parte relacionada no ativo circulante	-	701
 <u>Passivo circulante</u>	 <u>31.12.2022</u>	 <u>31.12.2021</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a/b)	1.832	1.811
Régis Bittencourt S.A. (a)	-	2
Litoral Sul S.A. (a)	861	1.134
Passivos com partes relacionadas circulante	2.693	2.947
Total do passivo circulante	2.693	2.947
 <u>Passivo não circulante</u>	 <u>31.12.2022</u>	 <u>31.12.2021</u>
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	296.449	168.581
Empréstimos partes relacionadas não circulante	296.449	168.581
Total do passivo não circulante	296.449	168.581

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	31.12.2022		31.12.2021	
	Despesas financeiras (b)	Despesas gerais (a)	Despesas financeiras (b)	Despesas gerais (a)
Controladora				
Arteris S.A.	(31.728)	(6.759)	(7.218)	(6.481)
Outras partes relacionadas				
Régis Bittencourt S.A.	-	28	-	(106)
Litoral Sul S.A.	-	(2.886)	-	(3.175)
Total	(31.728)	(9.617)	(7.218)	(9.762)

- (a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias e são remuneradas a preço de custo.
- (b) Decorrentes da 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade emitidas em 20 de maio de 2019, 05 de fevereiro de 2020, 20 de janeiro de 2022 e 20 de abril de 2022 respectivamente. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do *spread*, respectivamente, de 1% a.a. com vencimentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2024.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2022		31.12.2021	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20.05.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	9.000	2.247	9.000	1.070
20.09.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	3.500	781	3.500	334
21.10.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	11.500	2.502	11.500	1.042
19.11.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	9.000	1.912	9.000	776
20.12.2019	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	4.000	828	4.000	325
20.01.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	13.000	2.636	13.000	1.010
20.03.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	7.200	1.396	7.200	502
06.04.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.000	384	2.000	136
20.04.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	4.200	798	4.200	279
20.11.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	8.500	1.448	8.500	418
07.12.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	800	135	800	38
21.12.2020	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	10.000	1.679	10.000	469
20.01.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	6.200	1.027	6.200	278
22.02.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	3.100	506	3.100	132
22.02.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.900	331	1.900	90
22.03.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.200	206	1.200	54
05.04.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.000	340	2.000	87
20.04.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	6.000	1.009	6.000	251
20.05.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	7.500	1.232	7.500	288
07.06.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.100	178	1.100	40
21.06.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	7.850	1.256	7.850	273

Notas Explicativas

05.07.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.300	205	1.300	43
20.07.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.150	334	2.150	66
05.08.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.400	202	1.400	37
20.08.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	7.500	1.063	7.500	178
06.09.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.000	278	2.000	43
20.09.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	7.600	1.041	7.600	149
05.10.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.000	134	1.000	17
20.10.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	6.000	788	6.000	88
22.11.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	5.000	624	5.000	45
06.12.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.500	182	1.500	9
20.12.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	3.500	177	3.500	10
20.12.2021	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.500	413	1.500	4
05.01.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	3.000	341	-	-
20.01.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	8.000	876	-	-
07.02.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	5.000	525	-	-
21.02.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.000	201	-	-
07.03.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	3.000	292	-	-
21.03.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	6.500	605	-	-
21.03.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.600	242	-	-
05.04.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	3.000	265	-	-
20.04.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	6.400	536	-	-
20.04.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	7.900	419	-	-
20.04.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	5.000	662	-	-
05.05.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.500	198	-	-
20.05.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	12.000	889	-	-
06.06.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	2.500	172	-	-
20.07.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	9.000	486	-	-
22.08.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	6.000	257	-	-
20.09.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	3.000	100	-	-
05.10.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	1.000	28	-	-
20.10.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	5.000	116	-	-
21.11.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	4.000	54	-	-
20.12.2022	31.12.2024	CDI + 1,00% a.a.	3.500	13	-	-
			<u>260.900</u>	<u>35.549</u>	<u>160.000</u>	<u>8.581</u>

Notas Explicativas

Passivos Circulante e Não Circulante	31.12.2022		31.12.2021	
	Não circulante	Total	Não circulante	Total
Saldo inicial	168.581	168.581	85.145	85.145
Captações/Liberação	100.900	100.900	77.300	77.300
Juros provisionados	31.728	31.728	7.218	7.218
IR recuperar	(4.760)	(4.760)	(1.082)	(1.082)
Saldo final	<u>296.449</u>	<u>296.449</u>	<u>168.581</u>	<u>168.581</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade reconheceu o montante de R\$136 (R\$344 em 31 de dezembro de 2021) já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris e de R\$1.190 (R\$1.026 em 31 de dezembro de 2021), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente. Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	2.967	7.804	10.771	2.936	7.144	10.080
Remensuração	-	1.300	1.300	850	-	850
Adições	5.862	6.977	12.839	281	2.337	2.618
Utilização	(6.823)	-	(6.823)	(3.512)	-	(3.512)
Ajuste a valor presente - AVP	1.508	-	1.508	735	-	735
Transferência	<u>5.663</u>	<u>(5.663)</u>	<u>-</u>	<u>1.677</u>	<u>(1.677)</u>	<u>-</u>
	<u>9.177</u>	<u>10.418</u>	<u>19.595</u>	<u>2.967</u>	<u>7.804</u>	<u>10.771</u>

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2023	4.868
2024	3.696
2025	1.243
2026	82
Após 2027	529
	<u>10.418</u>

Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$5.879 (3.227 em 31 de dezembro de 2021).

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são respectivamente R\$ 114 e R\$ 525 para PIS e Cofins (R\$ 62 e R\$ 286 respectivamente para 31 de dezembro de 2021).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 a taxa média é de 9,18% a.a. (8,42% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da sociedade excluídos os financiamentos do BNDES.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$775 e R\$756.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. PROVISÕES

(a) Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é conforme segue:

Notas Explicativas

	31.12.2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2022
Cíveis	810	394	(329)	(675)	19	219
Trabalhistas	987	618	(212)	(832)	11	572
Regulatório	22.773	1.701	(15.102)	(1.521)	2.217	10.068
Total	24.570	2.713	(15.643)	(3.028)	2.247	10.859

	31.12.2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2021
Cíveis	345	2.150	(758)	(927)	-	810
Trabalhistas	2.292	1.261	(1.711)	(855)	-	987
Regulatório	23.741	1.798	(2.766)	-	-	22.773
Total	26.378	5.209	(5.235)	(1.782)	-	24.570

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente, a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável pelos seus assessores jurídicos internos totalizando R\$10.068 e R\$22.773 respectivamente. A Sociedade informa ainda que os processos regulatórios prováveis, possíveis e remotos são objeto de negociação de TAC de multas conforme mencionado na nota explicativa nº 2. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos internos da Sociedade para os quais não foram constituídas provisões e que somam o montante de R\$53.568 (R\$42.755 em 31 de dezembro de 2021).

Reversão de regulatório refere-se a processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, os quais foram apresentadas teses jurídicas aceitas de inexecução parcial, moratória única, *Bis in Idem* e irretroatividade da Resolução 4.071/2013, a concessionária continua apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos em 31 de dezembro de 2022 representam o montante de R\$1.217 (R\$1.829 em 31 de dezembro de 2021).

	31.12.2022	31.12.2021
Possíveis		
Cíveis	794	996
Trabalhistas	423	460
Fiscal	-	373
Total	1.217	1.829

Os depósitos judiciais no montante de R\$4.119 (R\$4.209 em 31 de dezembro de 2021), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$724 (R\$685 em 31 de dezembro de 2021) há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável. Os demais, não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em parte por depósitos relacionados a autos de infrações impostos pela ANTT.

(b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021, considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é conforme segue:

Notas Explicativas

	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2021	34.527	25.234	59.761
Adições/Reversões	22.429	21.855	44.284
Utilizações	(44.901)	-	(44.901)
Ajuste a valor presente	1.806	1.984	3.790
Transferências	12.413	(12.413)	-
Saldo em 31.12.2022	26.274	36.660	62.934

	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2020	34.056	27.103	61.159
Adições/Reversões	5.422	20.374	25.796
Utilizações	(30.102)	-	(30.102)
Ajuste a valor presente	1.665	1.243	2.908
Transferências	23.486	(23.486)	-
Saldo em 31.12.2021	34.527	25.234	59.761

Os pagamentos efetuados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 referentes às manutenções realizadas foram de R\$44.192 (R\$31.686 em 31 de dezembro de 2021).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**Capital social**

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 é de R\$1.128.034, composto por 1.721.076 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado é de R\$1.099.584 que representa 1.656.659.368 ações. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2021 era de R\$1.128.034, composto por 1.721.076 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado era de R\$1.099.584 que representava 1.656.659.368 ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Notas Explicativas

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Receita bruta:		
Receita de serviços prestados	226.487	194.853
Receita de serviços de construção	60.601	64.301
Outras receitas	951	896
	<u>288.039</u>	<u>260.050</u>
Deduções:		
ISSQN	(11.324)	(9.759)
PIS	(1.476)	(1.271)
COFINS	(6.813)	(5.866)
Outras deduções	(324)	(208)
Receita líquida	<u>268.102</u>	<u>242.946</u>

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	31.12.2022	31.12.2021
Custos:		
Com pessoal	(16.610)	(15.333)
Serviços de terceiros	(14.239)	(13.417)
Conservação	(12.314)	(15.261)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.257)	(1.061)
Consumo	(3.187)	(3.390)
Transportes	(2.581)	(1.970)
Verba de fiscalização	(4.210)	(3.808)
Seguros / Garantias	(1.803)	(1.725)
Provisão de manutenção em rodovias	(44.284)	(25.796)
Custos de serviços da construção	(60.601)	(64.301)
Depreciação / Amortização	(107.051)	(98.462)
Outros	(93)	(168)
Total	<u>(268.230)</u>	<u>(244.692)</u>

Notas Explicativas

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Despesas:		
Com pessoal	(6.872)	(6.924)
Serviços de terceiros	(1.990)	(1.533)
Manutenção de bens e conservação	(789)	(730)
Consumo	(546)	(532)
Transportes	(93)	(32)
Seguros/Garantias	(17)	(19)
Reversão de provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	12.930	26
Comunicação e marketing	(187)	(182)
Indenizações à terceiros	(48)	(5)
Publicações legais	(207)	(171)
Depreciação / Amortização	(733)	(867)
Outros	(712)	(661)
Total	<u><u>736</u></u>	<u><u>(11.630)</u></u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	6.122	1.749
Créditos fiscais	32	14
Outras receitas	-	5
Total	<u><u>6.154</u></u>	<u><u>1.768</u></u>
	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(67.631)	(53.090)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(5.299)	(3.640)
Outras despesas	(3.885)	(1.086)
Total	<u><u>(76.815)</u></u>	<u><u>(57.816)</u></u>
	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Variação cambial líquida:		
Variação cambial	11	(44)
Total	<u><u>11</u></u>	<u><u>(44)</u></u>

(*) Do total dos juros de empréstimos e financiamentos e debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$67.631, o montante de R\$3.179 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração do fluxo de caixa de investimento (R\$53.090 e R\$2.706 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Informações suplementares

	31.12.2022	31.12.2021
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (*)	64.742	67.641
Total das adições de imobilizado (**)	563	24
Juros capitalizados – financiamentos (*)	(521)	(572)
Juros capitalizados – debêntures (*)	(2.658)	(2.134)
	62.126	64.959
Aquisição (adições)	(62.126)	(64.959)
Fornecedores	3.105	2.972
Obrigações fiscais	604	(272)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	(70)
Cauções contratuais	(1.281)	483
Realização manutenção ICPC 01 em rodovias	(44.901)	(30.102)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(104.599)	(91.948)
Fluxo de caixa imobilizado	(563)	(24)
Fluxo de caixa intangível	(104.036)	(91.924)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(104.599)	(91.948)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(42.473)	(26.989)

(*) Vide nota explicativa 11

(**) Vide nota explicativa 10

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo líquido do exercício.

	31.12.2022	31.12.2021
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo exercício	(45.826)	(45.859)
Número de ações durante exercício (*)	1.721.076	1.721.076
Prejuízo por ação	(0,0266)	(0,0266)

(*) Em milhares.

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação, pois não houve durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

			31.12.2022		31.12.2021	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	1	12.240	12.240	4.674	4.674
Aplicação financeira	Nível 2	1	14.005	14.005	8.213	8.213
Contas a receber clientes	Nível 2	2	17.618	17.618	9.996	9.996
Contas a receber - partes relacionadas	Nível 2	2	-	-	701	701
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	15.149	15.149	14.858	14.858
Outros créditos	Nível 2	2	1.444	1.444	291	291
			<u>60.456</u>	<u>60.456</u>	<u>38.733</u>	<u>38.733</u>
Passivo						
Financiamentos	Nível 2	2	155.680	155.680	203.594	203.594
Empréstimos - Risco sacado	Nível 2	2	-	-	204	204
Debêntures privada - partes relacionadas	Nível 2	2	296.449	296.449	168.581	168.581
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	2	2.693	2.693	2.947	2.947
Debêntures (**)	Nível 2	1	136.099	145.425	155.993	202.924
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	17.056	17.056	15.826	15.826
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	359	359	330	330
Outras contas a pagar	Nível 2	2	497	497	1.673	1.673
Arrendamento mercantil a pagar (***)	Nível 2	1	19.595	19.595	10.771	10.771
			<u>628.428</u>	<u>637.754</u>	<u>559.919</u>	<u>606.850</u>

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Vide nota 13

(***) Não escopo do CPC 48

Mensuração do valor justo

O pronunciamento técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, da Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Notas Explicativas

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases				
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	12,25%	15,31%	18,38%	9,19%
Receita de aplicações financeiras	4.491	5.613	6.736	3.368
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(39.643)	(48.812)	(57.982)	(30.473)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(35.152)</u>	<u>(43.199)</u>	<u>(51.246)</u>	<u>(27.105)</u>
TJLP	7,37%	9,21%	11,06%	5,53%
Juros a incorrer - BNDES (*)	<u>(14.037)</u>	<u>(16.651)</u>	<u>(19.266)</u>	<u>(11.423)</u>
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(14.037)</u>	<u>(16.651)</u>	<u>(19.266)</u>	<u>(11.423)</u>
IPCA	5,31%	6,64%	7,97%	3,98%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	<u>(20.400)</u>	<u>(22.601)</u>	<u>(24.802)</u>	<u>(18.198)</u>
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(20.400)</u>	<u>(22.601)</u>	<u>(24.802)</u>	<u>(18.198)</u>
Juros a incorrer líquido no resultado	<u>(69.589)</u>	<u>(82.451)</u>	<u>(95.314)</u>	<u>(56.726)</u>

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 02 de janeiro de 2023, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

Notas Explicativas

- (*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias, a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$16.510 (R\$9.151 em 31 de dezembro de 2021) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Move Mais Meios de Pagamentos Ltda., Companhia Brasileira de Soluções e Serviços e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A Sociedade reconheceu um prejuízo líquido de R\$45.286, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$45.859 em 31 de dezembro de 2021), e nesta data o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$109.752 (R\$117.894 em 31 de dezembro de 2021).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
BNDES Automático	9,78%	155.680	176.039	14.925	50.342	57.766	47.737	5.269
Capital de giro	10,51%	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil a pagar	9,18%	19.595	19.595	1.530	7.648	9.177	1.241	-
Debêntures - CDI	10,88%	296.449	296.449	-	-	-	296.449	-
Debêntures - IPCA	14,55%	136.099	179.165	-	53.508	67.196	58.461	-
Fornecedores e cauções contratuais		17.056	17.056	12.797	4.259	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas		2.693	2.693	2.693	-	-	-	-
Outras contas a pagar		497	497	497	-	-	-	-
		628.069	691.494	32.442	115.757	134.139	403.888	5.269

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	81.382

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em

Notas Explicativas

virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$83.067 (R\$86.608 em 31 de dezembro de 2021).

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Abaixo relação de recursos recebidos oriundos da liberação parcial da 10ª emissão de debêntures privadas, respaldada pela ata constituída em 20 de abril de 2022 referente a emissão de R\$99.500. O referido título será remunerado a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do *spread*, respectivamente, de 1% ao ano com vencimentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2024.

Data	Aprovação	Emissão	Valor
05.01.2023	AGE	10ª emissão	2.100
			2.100

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Planalto Sul S.A.
Rio Negro – PR
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Planalto Sul S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja as notas explicativas 3.i 4.3.2 e 11 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria Como auditoria endereçou esse assunto

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade mantém no ativo intangível em operação, nas suas demonstrações contábeis, ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão.

Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados.

A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); e (iv) taxa de desconto.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria dado que as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa são subjetivas, e variações nessas premissas podem resultar em mudanças significativas nos saldos das demonstrações contábeis. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso de cada UGC, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos;

- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (corporate finance):

- (i) se a estimativa do valor em uso das UGCs foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de mercado usualmente utilizadas na avaliação dos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto;

- (ii) se as premissas citadas, utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado;

- (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis;

- (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados;

- (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e

- (vi) se os resultados da estimativa do valor em uso da UGC está razoável quando comparados com um cálculo independente.

? Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja as notas explicativas 3(ii), 4.9 e 7 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria Como auditoria endereçou esse assunto

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis, imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo e passivo líquido no montante de R\$ 215.545 mil.

Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados.

As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); e (iii) taxa de inflação esperada (IPCA).

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados a elaboração dos fluxos de caixa futuro para determinação dos lucros tributáveis futuros afim de certificar-se da recuperabilidade dos prejuízos fiscais, onde identificamos a necessidade de melhorias

nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos;

- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (corporate finance):

(i) se os fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração da Sociedade foram elaborados de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa;

(ii) se as premissas utilizadas nos fluxos de caixa preparados pela administração da Sociedade são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado;

(iii) se os cálculos matemáticos estão adequados;

(iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração;

(v) se os resultados dos fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração da Sociedade estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente; e

(vi) da confiabilidade e relevância dos dados utilizados no cálculo do valor em uso.

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto - SP, 16 de fevereiro de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2 SP-027666/F

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP293539/O-8

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado conselho fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**Declaração da Diretoria**

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Rio Negro, 16 de fevereiro de 2023

Andre Giavina Bianchi
Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza
Diretor de Manutenção

Simone Aparecida Borsato
Diretora Econômico Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG Auditores Independentes.

Rio Negro, 16 de fevereiro de 2023

Diretoria

Andre Giavina Bianchi
Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza
Diretor de Manutenção

Simone Aparecida Borsato
Diretora Econômico Financeiro e de Relações com Investidores